

## A condição americana da nossa identidade e a história da literatura brasileira

*Luiz Roberto Velloso Cairo\**

**RESUMO:** Este texto pretende traçar uma possível genealogia do conceito de americanidade, que, embora estivesse tão presente no momento romântico, parece ter-se esmaecido na memória dos brasileiros e mesmo ao longo da história de sua literatura, tão pontuada de signos americanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Americanidade, identidade nacional, história da literatura brasileira.

**ABSTRACT:** This paper intends to discuss on an eventual genealogy of Americanism in Brazilian Literary and Culture. Americanism seems to be out of Brazilian memory even though American marks are alive into Brazilian Literary History.

**KEYWORDS:** Americanism, national identity, Brazilian literary history.

*De todos os povos americanos é sem exageração alguma  
o brasileiro o mais digno da veneração dos estrangeiros.*  
(Joaquim Norberto de Sousa Silva, 1841)

Como brasileiro, uma questão que sempre me intrigou diz respeito a nossa condição americana, que, frequentemente, é escamoteada. Americanos são os falantes de línguas espanhola, francesa e inglesa que habitam a América, ou seja, os outros, enquanto nós somos simplesmente brasileiros. Em algum momento, perdemos nossa dimensão continental, talvez até pela extensão territorial, uma vez que ocupamos 70% do espaço sul-americano. O Brasil é uma nação verdadeiramente *sui generis*, que não costuma identificar-se nem tampouco se ver como América, pois a expressão é sempre usada para nomear a América Hispânica.

---

\* Universidade Estadual  
Paulista (Unesp)

ca, o Canadá, e principalmente os Estados Unidos da América do Norte.

O olhar do brasileiro em relação à condição de americano, ou simplesmente o modo como o brasileiro se identifica ou não se identifica com os demais povos do continente americano, funciona mesmo como preâmbulo para as considerações sobre as quais passo a discorrer ao longo deste texto, em que procuro refletir sobre o americanismo da literatura brasileira.

O termo *americanismo* no *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, tanto pode significar “admiração, apreço ou mania das coisas da América, particularmente dos Estados Unidos da América”, ou “tudo que diz respeito à cultura, tradição, instituições do continente americano ou que o caracteriza”, quanto “conjunto das ciências humanas (etnologia, antropologia, linguística, história etc.) consagradas ao continente americano”, ou “peculiaridade do inglês falado nos Estados Unidos da América, do espanhol da América ou do português do Brasil”, e ainda como sinônimo de americanidade, no sentido simplesmente de “amor ao continente americano” (Ferreira, 1999, p. 120).

Americanismo ou americanidade são expressões que vêm de americano, podendo significar, dentre várias acepções: “de, ou pertencente ou relativo às Américas do Norte, Central e do Sul, ou ao continente americano” e/ou “o natural ou habitante do continente americano”. Essas expressões não devem, porém, ser confundidas com americanização, que significa “ação ou efeito de americanizar(-se)”, mais precisamente, no contexto em que vivemos, ação ou efeito de “tornar(-se) americano ou norte-americano; adaptar(-se) ao temperamento, à maneira, ou ao estilo americano ou norte-americano” (Ferreira, 1999, p. 120).

Americanidade, ou mesmo instinto de americanidade, como costume nomeá-lo, se tomarmos o signo *instinto* no sentido dicionarizado de “impulso espontâneo e alheio à

razão; intuição” (Ferreira, 1999, p. 1118) ou simplesmente de intenção, de “sentimento de pertença à América” (Bernd; Campos, 1995, p. 5). Tal instinto se manifesta tanto em textos poéticos de autores que escreveram no Brasil desde os tempos coloniais quanto em textos da crítica literária brasileira do momento romântico, quando já não aparece tão espontaneamente, mas, arrisco dizer, de maneira mais consciente e programada, contribuindo para a formação da identidade de uma literatura então em construção, caminhando passo a passo com o que Machado de Assis chamou de instinto de nacionalidade, no clássico ensaio “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” (1873), ou seja, “certo sentimento íntimo”, que torna o escritor brasileiro, “homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1962, v. III, p. 804), conforme constatação feita no mesmo texto de que: “Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional (Assis, 1962, v. III, p. 801).

Daí a necessidade de voltar o olhar para este instinto na tentativa de traçar uma possível genealogia do conceito de americanidade, que, embora estivesse tão presente no momento romântico, parece ter-se esmaecido na memória dos brasileiros e mesmo ao longo da história de sua literatura, tão pontuada de signos americanos, como: *A confederação dos Tamoios* (1856), de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), *A lágrima de um Caeté* (1849), de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), *As americanas* (1856), *Colombo* ou *O descobrimento da América* (1854), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), *Colombo* (1866), de Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), *Iracema* (1865), de José de Alencar, os “poemas americanos” de *Primeiros cantos* (1846), *Segundos cantos* (1848), *Últimos cantos* (1851) e *Os Timbiras* (1857), de Gonçalves Dias (1823-1864), *O livro e a América* (1870), de Castro Alves (1847-1871), *Vozes da América*

(1864) e *Anchieta* ou *O evangelho da selva* (1875), de Fagundes Varela (1841-1875), *O guesa errante* (1874-77), de Sousândrade (1832-1902), *Americanas* (1875), de Machado de Assis (1839-1908), e tantos outros.

Em artigo publicado originalmente n' *O Estado de São Paulo*, de 13 de novembro de 1977, sob o título de "Cristóvão Colombo", o crítico e historiador Hélio Lopes (1919-1992) definiu o americanismo como uma exaltação do continente americano, visto como um dos aspectos do nacionalismo romântico brasileiro. O americanismo vem à tona, do seu ponto de vista: "Quando os nossos poetas ou romancistas engrandecem a própria terra, reassumem a visão paradisíaca das crônicas e dos poemas dos séculos coloniais, realçando ou acrescentando-lhes agora a melodia nova do orgulho do berço e da posse" (Lopes, 1997, p. 283).

Esta tendência não se restringiu, contudo, aos limites das terras brasileiras apenas, mas se estendeu principalmente pela América Latina, a ponto de Lopes considerar a existência de dois ângulos distintos no americanismo:

[...] o culto da natureza virgem e grandiosa, não necessariamente exótica em oposição à natureza européia, embora esta fisionomia se possa distinguir, e o culto dos heróis nacionais. Confluem estes dois ramos para a exaltação única da Liberdade (Lopes, 1997, p. 283).

Vale ressaltar, porém, o fato curioso de que ele viu neste americanismo dos românticos brasileiros uma usurpação mesmo do termo América dos hispano-americanos, ao registrar que: "Tomamos então para nosso uso a cordilheira dos Andes, o condor e os vulcões. E chega-se a roubar o próprio nome da América para restringi-lo ao Brasil" (Lopes, 1997, p. 283).

Exemplificando com o poema *Anchieta* ou *O Evangelho na Selva* (1875), de Fagundes Varela, no qual a América se apresenta primeiro, no Canto II, como uma reminiscência clássica, bíblica, da terra prometida, e no fechamento do poema, no Canto X, confundindo-se com o Brasil, aos olhos

de Anchieta moribundo, ela aparece como “o império da Lei, – a majestade/ Suprema da Justiça”, casando-se “com os ideais românticos também quando se caminha para o passado, na revivescência das lendas primitivas, na procura do berço das raças antigas” (Lopes, 1997, p. 284).

No fundo, Lopes procura mostrar, apoiado no texto *De la poesía en el Brasil* (1855), do escritor espanhol Juan Viera y Alcalá Galiano (1824-1905), cujos fragmentos foram publicados na revista *O Guanabara* (1849-1856), a existência de uma épica romântica brasileira, pouco explorada pelos pesquisadores da nossa literatura, da qual o poema *Colombo* (1866), de Manuel de Araújo Porto Alegre, é um dos produtos mais significativos, e que é fruto do gosto português, pois, de acordo com a avaliação de Fidelino de Figueiredo (1889-1967), “o feito de Colombo não despertou na Espanha uma épica de aventura marinha como a tiveram os portugueses” (Lopes, 1997, p. 284).

A observação de Lopes diz respeito principalmente aos textos poéticos românticos, no entanto, venho observando que, também na crítica, quase todos os textos da fase que costumo chamar dos Bosquejos, Parnasos e Panteóns, o americanismo está presente de alguma forma, em diferentes graus, ao lado do instinto de nacionalidade, haja vista o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães, publicado em Paris, na *Niterói, Revista Brasiliense* (1836) ou mesmo “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), de Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), publicado no *Minerva Brasiliense* (1843-1845), ambos tidos como verdadeiros manifestos da literatura brasileira romântica.

Nesta mesma direção, Afrânio Coutinho, em *A tradição afortunada*, ensaio memorável sobre o espírito de nacionalidade na crítica brasileira, já havia observado que, na primeira metade do século XIX:

[...] a literatura brasileira – para ser brasileira ou nacional, como queriam os escritores inspirados pela poética romântica – tinha que olhar em torno e reproduzir a paisagem

**americana** a fim de adquirir a cor local necessária à sua caracterização nacional (Coutinho, 1968, p. 67).

No momento romântico, conforme verbete da *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa, chegou-se mesmo a constatar o uso do termo **americanas** como designação de um tipo de produção poética:

Termo geralmente usado durante o Romantismo, no Brasil, para designar a produção literária, particularmente de poesia, tendo em vista caracterizar o aspecto **americano** ou **brasileiro** daquela poesia. Indica a tendência nacionalista ou anti-lusa daquela época que procurava acentuar a incorporação dos aspectos locais (costume, flora, paisagem) à literatura. O próprio Almeida Garrett, no prefácio do *Parnaso Lusitano*, conclamou os escritores brasileiros a usarem mais a Natureza brasileira nas suas produções literárias. Entre outros, Gonçalves Dias e Machado de Assis empregaram a denominação **poesias americanas** para designar uma parte de sua produção poética, seguindo a tendência geral (Coutinho; Sousa, 2001, p. 222).

Esta tendência americanista, de feição nacionalista ou antilusa, tem uma dimensão continental, na medida em que se observa a publicação de antologias que expressam esse sentimento, também na América hispânica: *América poética, Colección escojida de composiciones en verso, escritas por americanos en el presente siglo* é uma delas. Organizada pelo crítico argentino Juan María Gutiérrez, esta antologia teve sua primeira edição em fascículos, publicados entre fevereiro de 1846 e junho de 1847 pela Imprensa de *El Mercurio*, de Valparaíso, no Chile, e a segunda edição, já no formato de livro, em 1866, publicado pela Imprensa de Mayo, de Buenos Aires. *América poética* reúne poemas de 53 poetas, sendo catorze da Argentina, onze do México, cinco do Chile, cinco do Uruguai, quatro de Cuba, três da Bolívia, três da Colômbia, três do Peru, três da Venezuela, um do Equador e um da América Central, e constitui a

primeira coletânea sistemática de poesia americana em língua espanhola e busca sintetizar “a progressiva ascensão da inteligência americana”, conforme aponta o crítico José Enrique Rodó, no ensaio “Juan María Gutiérrez (Introducción a un estudio sobre literatura colonial)” (Medina, 1995, v. I, p. 211).

Em 1883, ainda na Argentina, Francisco Lagomaggiore organiza e publica *América literaria*, uma antologia de textos em prosa e verso na qual aparecem, pela primeira vez, poemas de escritores brasileiros, e, em 1897, Carlos Romagosa organiza e publica, em Córdoba, *Joyas poéticas americanas*, uma coletânea de poemas na qual se incluem textos do poeta norte-americano Edgar Allan Poe, traduzidos para o espanhol, ampliando assim o espectro da dimensão continental dessas antologias de textos americanos.

Dizer, portanto, que os escritores românticos brasileiros andaram usurpando o termo América dos hispano-americanos me parece não fazer muito sentido, pois o instinto de americanidade foi uma sugestão romântica europeia acatada, me parece, por todo o continente americano.

Em texto clássico sobre o Romantismo brasileiro, o crítico Antonio Soares Amora (1917-1999) observou com propriedade que

Quem sabe o que foi na Europa do fim do século XVIII e principalmente do começo do século XIX o crescente movimento de simpatia e até de entusiasmo por tudo que era a originalidade do mundo americano – sua natureza, suas culturas exóticas, a **pureza** e o sentimento de liberdade de seus **bons selvagens** – de pronto compreende o espírito com que todos os viajantes europeus viram, na época, o Brasil (Amora, 1973, p. 57).

A partir da leitura de um capítulo do livro *La littérature comparée*, de M. F. Guyard sobre o tema viagens como marca de presença estrangeira nas diferentes literaturas, o crítico Brito Broca (1904-1961) fez uma curiosa reflexão sobre os influxos estrangeiros das viagens na literatura brasilei-

ra, arriscando, entre outras coisas, que, no período colonial, “as viagens a Portugal eram não somente elementos de influência como condição quase essencial para que um brasileiro viesse a produzir obra literária” (Broca, 1992, p. 122), haja vista Santa Rita Durão e Basílio da Gama e, após a independência, no período nacional, as viagens, de início preferencialmente à França e depois a outros países da Europa e de outras partes do mundo, inclusive do continente americano, passam a fazer parte do universo dos intelectuais brasileiros que vão buscar as novas teorias poéticas a serem introduzidas no Brasil.

Esta tendência, que modifica o fluxo de influência portuguesa na literatura brasileira, pode ser observada no primeiro momento romântico, na trajetória da obra de Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Ao sair do Brasil em direção à França, no dia 3 de julho de 1833, a bordo do navio Dois Eduardos, o jovem escritor deixou registrados, em sua correspondência dirigida a amigos brasileiros, alguns destes novos influxos. Ao tomar conhecimento das principais tendências românticas, ainda recém-chegado a Paris, escreveu a Cândido Borges Monteiro, insurgindo-se contra “as campanudas odes recheadas de Apolo e de Minerva” e manifestando-se a favor de “uma nova poesia despida dos ouropéis clássicos”, mesmo tendo publicado, no ano anterior, seu primeiro livro *Poesia*, marcado pela estética árcade (Broca, 1992, p. 123).

Vale ressaltar que nesta carta fica documentado o seu rompimento com a cultura clássica e a busca dos “caminhos de nossa literatura nacional, americana romântica” (Amora, 1973, p. 59).

Comprometido e preocupado com o projeto de construção da história da literatura do Brasil, publicou o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil: estudo preliminar”, no primeiro número da *Niterói-Revista Brasiliense*. Este ensaio é um panorama geral com a finalidade de apresentar um esboço rápido do passado literário brasileiro.

O texto é um bosquejo formalmente marcado pelo pensamento de Madame de Staël, o que justifica o conceito amplo de literatura, advindo dos irmãos August e Friedrich Schlegel:

A literatura de um povo é um desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, v. I, p. 24).

Além disso, Magalhães confere ao texto um caráter de manifesto divulgador das ideias românticas francesas em oposição à tradição clássica que, no Brasil, era uma herança do colonizador português e por isso precisava ser afastada, pois a natural lusofobia existente a partir da segunda metade do século XVIII, resultante da malfadada colonização promovida por um país atrasado, na medida em que privava a sociedade luso-americana de universidades, tipografias e periódicos, conduzia a este tipo de atitude, ao contrário do que ocorrera nas colônias da América Hispânica, onde já havia universidades desde o século XVI.

Daí provavelmente o motivo por que Magalhães registrou que:

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; contudo boa ou má dele herdou, e o confessamos, a literatura e a poesia, que chegadas a este terreno americano não perderam o seu caráter europeu (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, p. 31).

A lusofobia de Magalhães levou-o equivocadamente a acreditar que um desvio da fonte portuguesa para a francesa daria um impulso à construção da identidade da literatura brasileira, conforme se pode observar no tom enfáti-

co em que expressou o fim do período colonial e o início do nacional:

Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos reis. O gigante da nossa idade até a extremidade da península enviou o susto, e o neto dos Afonsos aterrizado como um menino temeu que o braço do árbitro dos Reis cair fizesse sobre sua cabeça o palácio de seus avós. Ele fuge e com ele toda a sua corte, deixam o natal país, e trazem ao solo brasileiro o aspecto novo de um rei, e os restos de uma grandeza sem brilho. Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia, e à categoria de Reino Irmão foi elevado. Sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo se não daria. Com este fato uma nova ordem de coisas abriu-se para o Brasil. Aqui deve parar a primeira história do Brasil (Magalhães *apud* Zilberman; Moreira, 1999, p. 35-36).

Vale observar que, neste momento, estou reproduzindo um fragmento retirado da primeira versão desse texto, publicada na *Niterói*, em 1836, sob o título “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar”, que, na leitura de Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, revela mais as ideias do jovem Gonçalves de Magalhães do que a versão, datada de 1865, do “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, comumente reproduzida nas antologias, publicada em *Opúsculos históricos e literários*, isto porque:

Entre o “Ensaio” e o “Discurso” notam-se algumas diferenças lingüísticas: o autor corrigiu gralhas, alterou a formulação de certas frases, dividiu o texto em subcapítulos e esclareceu idéias, sobretudo as relativas à nacionalidade da literatura, tema que teve desdobramento posterior e que ele deve ter conhecido mais tarde (Magalhães *apud* Zilberman; Moreira, 1999, p. 29).

Ao longo do texto, Magalhães reflete sobre a origem, o caráter, as fases, os autores e as circunstâncias que, em diferentes momentos, contribuíram para o florescimento da literatura brasileira ou mesmo o impediram.

Após traçar o panorama geral do passado literário brasileiro, Magalhães anuncia uma descrição e análise de nossos primeiros escritores, mas, em vez de fazê-lo curiosamente, retoma questões que considera concernentes ao país e aos seus indígenas: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas e ter uma poesia própria? Os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?” (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, v. I, p. 35)

A primeira questão, na verdade, paira no ar durante todo o texto e se relaciona com o americanismo, uma vez que diz respeito à visão edênica do continente americano, lugar privilegiado em que o Brasil se encontra, e onde a natureza, como fonte inspiradora de poesia, faz com que os seus habitantes quase já nasçam poetas.

Por este motivo, conclui que “o país se não opõe a uma poesia original, antes a inspira” (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, p. 37).

Se isto ainda não havia ocorrido, era

[...] porque os nossos poetas, dominados pelos preceitos, se limitaram a imitar os antigos, que, segundo diz Pope, é imitar mesmo a natureza; como se a natureza se ostentasse a mesma em todas as regiões, e diversos sendo os costumes, as religiões e as crenças, só a poesia não pudesse participar dessa variedade, nem devesse exprimi-la. Faltou-lhes força necessária para se despojarem do jugo dessas leis arbitrárias dos que se arvoram em legisladores do Parnaso (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, p. 37-38).

Outro traço do americanismo seria o talento musical dos indígenas, considerado uma tendência natural para a poesia, que, segundo ele, comprovava-se, em trechos de documentos como, por exemplo, o antigo manuscrito *Roteiro do Brasil*, cuja autoria foi atribuída por Francisco Adolfo Varnhagen a Gabriel Soares.

Magalhães aproximava a tão decantada veneração dos nativos a seus cantores à admiração que os senhores medievais dedicavam aos trovadores que peregrinavam de país em país.

A discussão em torno desta tendência natural dos indígenas brasileiros para a poesia viria a ter continuidade mais tarde principalmente nos capítulos da “História da literatura brasileira”, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, publicados na *Revista Popular* (1859-1862).

Estes registros de certa forma justificam meu ponto de vista de que a construção da identidade nacional da literatura brasileira caminhou paralela à consciência de pertença ao continente americano, vale lembrar a imagem já clássica fixada no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar”, de Magalhães:

A poesia brasileira não é uma indígena civilizada: é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Hélicon que, peregrinando pelo mundo, estragou seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da castalha, o trépido sussurro do London e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá que gorjeia entre os galhos da laranjeira (Magalhães *apud* Coutinho, 1980, p. 31-32).

O americanismo no contexto do século XIX é, portanto uma tendência de dimensão continental, conforme observou Bernardo Ricupero em relação ao instinto de nacionalidade no instigante trabalho intitulado *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil* (1830-1870):

Já que a nação não é algo dado, natural, ela terá que ser construída. Quem procura fazer isso, como projeto deliberado, são certos homens, os românticos, que, na Europa e na América, criam símbolos do que passará a ser conhecido como constituindo nações. Prova do sucesso relativo dos românticos não está só nas identidades nacionais que

se formaram com o tempo, mas na ausência dessas identidades anteriormente (Ricupero, 2004, p. 37).

Isto se explica porque:

A nação, na verdade, aparece como o conjunto de vilas, cidades e províncias. Ou seja, a soberania não emanaria tanto dela, nem seria una, mas estaria relacionada com entidades anteriores que se combinariam. Portanto, depois de organizado o Estado, trata-se de fazer a nação. À emancipação política, à montagem do aparelho estatal, deve-se seguir a emancipação mental, a constituição de uma sociedade relativamente autônoma e diferenciada (Ricupero, 2004, p. 37).

Como uma tendência de dimensão continental, não se pode também ignorar que:

A construção das diversas identidades nacionais latino-americanas (a despeito dos esforços integracionistas de Bolívar e outros) deu-se com base em condições essencialmente locais e obedecendo a ritmos desiguais, ditados pelas circunstâncias peculiares de cada caso (Santos, 2004, p. 43).

Zilá Bernd opta pelo termo americanidade, na apresentação do livro *Literatura e americanidade* (1995), organizado juntamente com Maria do Carmo Campos, para nomear o “sentimento de pertença a América com ênfase na possibilidade de contribuir para o esgarçamento de fronteiras indevidamente impostas entre as literaturas americanas, permanecendo a Europa como comparante incontornável” (Bernd, 2003, p. 27). No ensaio “Americanidade e americanização” (2002), ela

[...] tenta refazer a trajetória que o conceito de americanidade perfaz através das Américas, retrazando seus deslocamentos, suas transferências e as razões pelas quais ele é ora reivindicado ora rejeitado, pairando quase sempre sobre ele o manto diáfano da ambiguidade (Bernd, 2003, p. 26).

Com bastante pertinência, justifica seu esforço na reconstituição deste conceito pelo fato de ele estar

[...] intimamente associado às questões de identidade, podendo corresponder a um anseio de afirmação identitária mais abrangente, para além das nacionalidades, dos gêneros e das etnias, por tratar-se de um desafio de identificação continental (Bernd, 2003, p. 26).

Ao traçar o percurso brasileiro da americanidade, Bernd observa que no século XVII já se encontram “numerosas citações” do Padre Antonio Vieira (1608-1697) incluindo a palavra América em referência ao continente e registrando no Sermão da Epifania a “concepção da América como um todo onde o Brasil se inclui” (Bernd, 2003, p. 29).

No século XVIII, aponta o poema *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama (1741-1795) como

[...] obra que está nos fundamentos da identidade nacional, invocando “o gênio da inculta América” (canto IV), o que corresponde à personificação da Musa invocada inicialmente no canto I. Menciona, no Canto V, a “Liberdade Americana” (com maiúsculas) e refere-se aos índios vencidos das missões jesuíticas como o “rude Americano,/ que reconhece as ordens e se humilha,/ e a imagem de seu rei prostrado adora” (Gama *apud* Bernd, 2003, p. 29).

Além disso, Bernd alerta para o fato de a historiografia literária brasileira mostrar que “do século XVII ao XIX, circulava a palavra ‘Americano’ em referência ao Brasil” (2003, p. 29), acrescentando ainda a informação de que:

“América” e “Americano” foram gradativamente substituídos por Brasil à medida que se consolidava o projeto nacional e que institucionalizar as letras brasileiras tornou-se uma urgência. Valeu enquanto significava oposição à Europa; quando os Estados Unidos passam a exercer influência sobre a América Latina, o interesse passa a ser o de se desvencilhar de um ideograma ambíguo em favor de

um que representasse nossa identidade de maneira inequívoca como Brasil, brasilidade e brasileiro (Bernd, 2003, p. 30).

O que vem ao encontro do que penso, confirmando assim a ideia de que o instinto de americanidade dos românticos brasileiros não é uma usurpação da palavra América dos hispano-americanos, mas uma tendência de dimensão continental.

Na primeira metade do século XIX, observa-se, no Brasil, um americanismo marcado pelas ideias românticas europeias, em resposta principalmente à lusofobia reinante na ex-colônia politicamente recém-emancipada. A elite intelectual brasileira buscava, como parte da construção da nação brasileira, a constituição de maior autonomia cultural.

O Romantismo europeu, na medida em que reage à universalidade da Ilustração, defendendo as especificidades nacionais, veio preencher as expectativas da elite letrada brasileira em busca de sua emancipação mental.

Bernardo Ricupero, no texto a que antes me referi, atenta para o fato curioso de que

Curiosamente, porém, tanto a crítica literária como a historiografia romântica brasileiras são fundadas por estrangeiros: o francês Ferdinand Denis, os ingleses Robert Southey e John Armitage, e o bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius. Ou seja, ironicamente o movimento literário que mais insiste na autonomia de nossa vida intelectual não é iniciado por brasileiros (Ricupero, 2004, p. 86).

Dentre estes estrangeiros, Ferdinand Denis (1798-1890) interessou-me mais de perto, pelo americanismo presente no seu pensamento, uma vez que, após ter estado no Brasil entre 1816 e 1819, descreveu românticamente a natureza brasileira como fonte de inspiração, em *Scènes de la littérature sous les tropiques* (1824), tomando por base as teses de Chateaubriand e Madame de Staël, seguindo uma orientação inspirada por Humboldt; ajudou a criar o

indianismo romântico no conto *Os Machacalis* (1824); e fundou, segundo Antonio Candido (1918-), no *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), a teoria da literatura brasileira nos moldes românticos.

Denis exerceu, durante muitos anos, o cargo de conservador e administrador da Biblioteca Sainte Geneviève, em Paris, e foi amigo e mentor intelectual dos jovens brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), editores, em Paris, dos dois únicos números da *Niterói-Revista Brasiliense* (1836), marco oficial do nosso Romantismo.

Se nos anos 30 registramos a presença do instinto de americanidade em Magalhães e Porto Alegre, nos anos 40, da geração que se formou em torno do *Minerva Brasiliense*, periódico carioca que circulou entre 1843 e 1845, vamos detectá-lo em textos críticos de Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) e do chileno Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), para quem a fonte inspiradora dos poetas brasileiros estava na própria natureza americana, pois mesmo viajando nenhum deles se afastou efetivamente da pátria, conforme comenta:

A poesia do Brasil é filha da inspiração americana. [...] o gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente. Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra helênica, transportada às regiões do Novo Mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha (Ribeiro *apud* Coutinho, 1980, v. I, p. 59).

A presença do instinto de americanidade no discurso crítico de Santiago Nunes Ribeiro emerge nos momentos em que necessário se faz ao crítico marcar a originalidade da literatura produzida no Brasil, portanto na América, em

oposição àquela produzida em Portugal, isto porque, para ele: “As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa” (Ribeiro *apud* Coutinho, 1980, v. I, p. 46). Ribeiro não fugiu à tendência da maioria dos românticos brasileiros de tomar o Brasil por América e vice-versa.

Não se pode esquecer que o caráter específico da crítica, naquele momento, entre nós, é muito mais de tomada de consciência e de formação de um ponto de vista que identificava a literatura clássica à colônia; e sentia a necessidade de uma nova literatura, inspirada em outros modelos, para a jovem nação que surgia.

Neste sentido, as ideias críticas de Augusto Guilherme Schlegel e Madame de Staël, que nos chegaram por meio de Ferdinand Denis, forneceram elementos para que os novos escritores percebessem a oposição classicismo-romantismo e, conseqüentemente, estabelecessem a relação entre Classicismo e Brasil Colônia e Romantismo com Brasil independente.

Ao lado de Denis, não se pode minimizar a contribuição de dois portugueses no que se refere à manifestação do instinto de americanidade nos textos produzidos no Brasil por autores brasileiros. Refiro-me a Almeida Garrett (1799-1875) e Alexandre Herculano (1810-1877).

O primeiro, ao estudar a poesia de língua portuguesa, divulgando um *corpus* até então desconhecido, na medida em que incluiu autores das colônias e ex-colônias de Portugal, apresentou um novo panorama desta literatura com a finalidade de corrigir informações inadequadas de seu ponto de vista, divulgadas por Bouterwek na *História da poesia e eloquência portuguesa* (1804) e por Sismonde Sismondi em *Da literatura do meio-dia da Europa* (1813). Além disso, criticou os árcades mineiros Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga pela pouca presença da natureza americana, reivindicando mais originalidade e menos imitação dos europeus: “[...] a educação européia

apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afeição e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades” (Zilberman; Moreira, 1998, p. 56-57).

Garrett valoriza os textos dos árcades Sousa Caldas, Santa Rita Durão e principalmente Basílio da Gama, a quem “Os brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana” (Zilberman; Moreira, 1998, p. 58).

Alexandre Herculano, por sua vez, manifestou-se favoravelmente à literatura produzida no Brasil num artigo intitulado “Futuro literário de Portugal e do Brasil”, publicado no Tomo IV da *Revista Universal Lisbonense*, em 1847, ao tecer elogios aos *Primeiros cantos* (1846), de Gonçalves Dias, enaltecendo o fato do então jovem escritor enfatizar o vínculo com o seu meio social. Diz ele:

Naquele país de esperanças, cheio de viço e de vida, há um ruído de lavor íntimo, que soa tristemente cá, nesta terra onde tudo acaba. A mocidade, despregando o estandarte da civilização, prepara-se para os seus graves destinos pela cultura das letras, arroteia os campos da inteligência; aspira as harmonias dessa natureza possante que a cerca; concentra num foco todos os raios vivificantes do formoso céu, que a alumina; prova forças enfim para algum dia renovar pelas ideias a sociedade, quando passar a geração dos homens *práticos* e *positivos*, raça que lá deve predominar ainda; porque a sociedade brasileira, vergôntea separada há tão pouco da carcomida árvore portuguesa, ainda necessariamente conserva uma parte do velho cepo. Possa o renovo dessa vergôntea, transplantada da Europa para entre os trópicos, prosperar e viver uma bem longa vida, e não decair tão cedo como nós decaímos! (Herculano *apud* César, 1978, p. 134)

Assim, Herculano estimulou Gonçalves Dias e os demais poetas brasileiros à busca de uma identidade mais aprofundada, que afastasse cada vez mais a literatura brasileira da matriz portuguesa. O que levou o crítico

Guilhermino César (1908-1993) a comentar com muita sagacidade: “Não desejar que os escritores da América imitassem os de Portugal, a ex-metrópole, numa submissão servil, representava efetivamente uma atitude inusitada entre portugueses” (César, 1978, p. 129).

Como no texto de Garrett, o estímulo à exaltação da natureza americana, da cor local, em Herculano, irá contribuir para a formação de um instinto americanidade que levará muitos dos autores brasileiros à produção dos “poemas americanos”, como se pode ver no trecho que se segue:

Quiséramos que as *Poesias Americanas* que são como o pórtico do edifício ocupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa. Esse Novo Mundo que deu tanta poesia a Saint-Pierre e a Chateaubriand é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que crescerem à sombra das suas selvas primitivas (César, 1978, p. 136).

Herculano e Garrett, na sinceridade que pontua seus textos, revelam uma confiança para com o futuro da literatura produzida no Brasil que com certeza serviu de estímulo e plantou raízes na construção da identidade nacional da literatura brasileira. Daí a tradição literária brasileira reconhecer principalmente em Garrett, juntamente com o francês Ferdinand Denis, os patronos da nossa historiografia literária. O *Parnaso Lusitano* e o *Resumo da história literária do Brasil* são a carta de princípios dos jovens Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem, que, em Paris, no ano de 1836, lançaram nas páginas da *Niterói, Revista Brasiliense*, as bases da literatura brasileira.

Graças a Denis e Garrett, observa-se no Brasil um instinto de americanidade que levou os que aqui viviam a expressar um “sentimento de pertença à América” (Bernd e Campos, 1995, p. 5), traduzido na exaltação do continente americano por meio do “culto da natureza virgem e grandiosa, não necessariamente exótica em oposição à na-

tureza européia [...] e o culto dos heróis nacionais” (Lopes, 1997, p. 283).

Antes de concluir esta brevíssima genealogia do americanismo na literatura romântica brasileira, movida pela não espontaneidade da condição americana da cultura brasileira de um modo geral, convém enfatizar que, por volta dos anos 30 do século XIX, já se registram fortes índices de um instinto de americanidade consciente e programado nos textos poéticos, críticos e historiográficos brasileiros, ainda que sem feição pan-americanista e sem sinais de alerta contra o expansionismo dos Estados Unidos da América do Norte, advindos da proposta do senador James Monroe, que sustentava a ideia da América para os americanos. O pensamento libertário de Simón Bolívar (1783-1830) e a doutrina de Monroe (1823) não marcaram o conceito de americanidade da geração romântica, mas irão provocar discussões na imprensa, a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando vêm à tona também os debates em torno das ideias pan-americanistas. Nesse momento, o cenário político brasileiro não é mais o do Romantismo nem o do Império, mas o da recém-proclamada República. Nele, irão circular as figuras de Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), Sílvio Romero (1851-1914), José Veríssimo (1857-1916), Joaquim Nabuco (1849-1910), Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), Manoel Bomfim (1868-1932), Eduardo Prado (1860-1901) e tantos outros.

Admitida a presença do instinto de americanidade paralela à construção da identidade nacional da literatura brasileira, contribuímos para a aceitação efetiva da condição americana de nossa tradição literária e o reconhecimento mais espontâneo da nossa face latino-americana.

## Referências

AMORA, Antonio Soares. *A literatura brasileira*. v. II: O Romantismo. São Paulo: Cultrix, 1973.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. (Dir. Afrânio Coutinho). v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.

BERND, Zilá (Org.). *Americanidade e transferências culturais*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

\_\_\_\_\_; CAMPOS, Maria do Carmo. *Literatura e americanidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BROCA, Brito. A influência das viagens. In: EULÁLIO, A. (Coord.); BERRIEL, C. E. O. (Org.). *Horas de Leitura*. 1ª e 2ª séries. Campinas: Unicamp, 1992. p. 122-126.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. v. 2.

CÉSAR, Guilhermino (Sel. e apres.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. 1. A contribuição européia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro-RJ: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

\_\_\_\_\_; SOUSA, J. Galante de (Dirs.); COUTINHO, Graça; MOUTINHO, Rita (Coords.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. rev., ampl. e ilustr. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL, Academia Brasileira de Letras, 2001. 2v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LOPES, Hélio. *Letras de Minas e outros ensaios*. (Org. Alfredo Bosi) São Paulo: Edusp, 1997.

MEDINA, José Ramón (Dir.). *Diccionario enciclopédico de las letras de América Latina*. v. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho/Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1995.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Unesp, 2004.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999.

